

InformeDESIN

Boletim 794/2015 – Ano VII – 16/07/2015

DCIwww.dci.com.br

Uso indevido de dados gera punição

São Paulo - Uma empresa do Mato Grosso do Sul foi punida pela Justiça Trabalhista depois de usar indevidamente o número do Programa de Integração Social (PIS) de um trabalhador do interior paulista. Sem nunca ter sido contratado pela empresa sul-mato-grossense, o trabalhador não pôde receber, em 2012, todo o seguro-desemprego a que tinha direito, depois de ter sido demitido de uma cooperativa em São José dos Campos (SP). Segundo ele, o corte ocorreu porque no seu cadastro junto a Previdência aparecia um vínculo com a empresa de Campo Grande (MS) desde maio de 2012.

Sem conseguir solução para o equívoco, ele ajuizou reclamação trabalhista contra a empresa, requerendo alteração das suas informações cadastrais e indenização por danos morais. O trabalhador, que reclamou que teve de contratar advogado para resolver o problema, culpou a empresa por não conseguir receber o seguro-desemprego "quando mais precisava". Em sua defesa, o empresário argumentou que foi a Caixa Econômica Federal que forneceu o número do PIS equivocadamente, mas que isso já teria sido corrigido. No entanto, a 4ª Vara do Trabalho de São José dos Campos entendeu que o empresário não comprovou as alegações e o condenou a pagar R\$ 3,3 mil de indenização, com correção monetária. O juízo de primeira instância determinou também à secretaria da Vara expedição de alvarás para que o trabalhador recebesse o seguro-desemprego, pois a empresa não teria como corrigir tal problema. Em recurso, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em Campinas (SP), manteve a sentença, considerando evidente a culpa da empresa. Ainda sim a empresa buscou reverter a decisão no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que rejeitou o pedido e entendeu e manteve o entendimento do tribunal regional.

eSocial

Segundo especialistas ouvidos pelo DCI, erros como esse poderiam ser evitados se já estivesse em vigor o chamado eSocial, Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) que promete unificar as informações repassadas a todos os órgãos trabalhistas e acabar com a carteira de trabalho em papel. Pelo último cronograma do governo, todas as empresas devem estar preparadas para enviar informações eletronicamente até janeiro de 2017. "O eSocial vai solucionar uma série de falhas, mas a empresa também será obrigada a ter uma boa comunicação interna ou o problema poderá ser ainda maior", avalia o especialista do GMP Advogados, Eduardo Maximo Patrício.

Vanessa Stecanella

(Fonte: DCI 16-07-2015).

InformeDESIN

 **ESTADÃO.COM.BR**

Boneco participa de protesto na GM

Em tamanho real e de jaleco, boneco simboliza 'trabalhador que quer o emprego de volta'

CLEIDE SILVA - O ESTADO DE S. PAULO

Um boneco em tamanho natural, parecido com o Ricardão (usado há alguns anos em cabines nas marginais da capital paulista para simular guardas de trânsito) foi integrado ao grupo de trabalhadores demitidos da General Motors que protestam em frente à fábrica, em São Caetano do Sul (SP), desde domingo.

Batizado de “Zé Demitido”, o boneco vestido com jaleco parecido ao uniforme dos funcionários da montadora foi levado ao local ontem e “representa o trabalhador que foi demitido e quer o emprego de volta”, explica Marcelo Alves Figueiredo.



Nova versão do 'Ricardão' integra protesto de trabalhadores demitidos na GM

InformeDESIN

Funcionário da área de montagem da GM desde 2010, Figueiredo, de 31 anos, ficou em lay-off (contrato suspenso) por oito meses. Deveria retornar ao trabalho na segunda-feira, mas na semana passada foi informado da demissão, junto com cerca de 400 metalúrgicos que também estavam afastados. Outro grupo de 400 empregados teve o lay-off prorrogado até outubro. “Se eu não for reintegrado, a situação vai se complicar”, diz Figueiredo, pai de três crianças com 3, 9 e 11 anos. A esposa também está desempregada e às vezes consegue algum bico de decoração em festas. Uma das preocupações do metalúrgico são as prestações do apartamento onde mora com a família, na Vila Ema, em São Paulo, de R\$ 1,5 mil ao mês. Ele ganhava cerca de R\$ 3 mil por mês na GM, que ofereceu na demissão seis salários extras, além das verbas rescisórias. “Vou fazer as contas e ver o que será possível fazer com o dinheiro, mas terei de buscar uma alternativa”.

Desde a noite de domingo, um grupo dos recém-demitidos está acampado em frente aos portões da empresa. Durante o dia, uma equipe de 20 a 30 pessoas, em média, permanece no local, onde pequenas barracas estão armadas ao longo da calçada. À noite o número de manifestantes é reduzido, mas o “Zé Demitido”, encostado a uma árvore, não abandona o posto. “Queremos ser recebidos pela empresa para discutir uma reintegração”, afirma Fábio Gandia, funcionário que está na turma que teve o lay-off prorrogado, mas participa do protesto em apoio aos demitidos. “Há outros caminhos em vez da demissão, como o PPE (Programa de Proteção ao Emprego), lançado pelo governo”, diz. “Aliás, a GM fez as demissões no mesmo dia em que o programa era lançado (no dia 6)”. Ele calcula que os cortes passem de 500 trabalhadores, pois também foram dispensados funcionários que não estavam em lay-off. A empresa não comenta o assunto.

Gandia já foi dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, mas, na última eleição rompeu com a direção da entidade e participou de uma chapa de oposição, que perdeu o pleito. “Nossa movimento não tem apoio do sindicato”, diz.

Preocupado. O vice-presidente do sindicato, Francisco Nunes, diz que a entidade conseguiu reintegrar de 10 a 12 trabalhadores que tinham estabilidade, mas que o grupo acampado não procurou a entidade. Afirma ainda estar “preocupado” com o futuro dos mais de mil trabalhadores que ficarão em lay-off até outubro (outros 628 já estavam afastados). “Estamos conversando com a empresa, mas não nos deram nenhuma garantia”, diz Nunes. “A GM também não se pronunciou, até agora, sobre o PPE, que poderia ser uma alternativa”. Amanhã, os acampados promoverão um ato às 13h30 e, no domingo, um almoço com familiares no local.

(Fonte: ESTADO SP 16-07-2015).

InformeDESIN

DIÁRIO DE S. PAULO

DIÁRIO DE S. PAULO - QUINTA-FEIRA / 16 DE JULHO DE 2015

11

dia a dia aposentados ECONOMIA

Redução na jornada corta valor do benefício

Programa de Proteção ao Emprego criado para salvar empresas vai impactar no cálculo da aposentadoria pelo INSS e no saldo do FGTS

Juca Guimarães
juca.guimaraes@diariosp.com.br

O PPE (Programa de Proteção ao Emprego), que entra em vigor no próximo dia 22, foi criado para evitar desemprego, flexibilizando a jornada de trabalho e os salários nas empresas em grave crise financeira.

Os patrões, após acordo com os sindicatos, poderão reduzir em até 30% os salários e jornada de trabalho. Em contrapartida, os trabalhadores não poderão ser demitidos.

Se a medida preserva os empregos de um lado, de outro ela reduz benefícios como o FGTS e pode atrapalhar até a aposentadoria dos trabalhadores.

“O programa prevê uma compensação, por meio do FAT, de 50% da perda salarial dos trabalhadores, mas, mesmo assim, terá um impacto negativo no FGTS e no saldo das contribuições que contam para a aposentadoria”, afirmou Horácio Conde Ferreira, presidente da Comissão Empresarial do Trabalho da OAB-SP.

Na aposentadoria, o valor do benefício é calculado de acordo com a média das 80% contribuições feitas pelo trabalhador.

O PPE tem duração de seis meses, porém, pode ser renovado por mais seis meses

desde 1994. Se durante o período do PPE as contribuições entrarem na cota das 20% menores contribuições, o valor da média será menor e o trabalhador vai sair perdendo.

Já em relação ao FGTS, a perda é certa pois o cálculo do depósito feito pela empresa é de 8% sobre o valor pago ao emprego. No caso do PPE, a conta vai levar em consideração o salário e a compensação feita com os recursos do FAT. “Mesmo assim, o valor será inferior ao que o trabalhador recebia antes”, disse Ferreira.

O secretário-executivo da Força Sindical, Carlos Juruna, avalia como positivo o PPE. “Vai evitar demissões em massa e fortalecer a negociação entre os sindicatos e patrões.”

Para Sérgio Nobre, secretário-geral da CUT, o PPE não tira benefícios e é uma alternativa experimental contra o desemprego. “É uma medida de contenção de crise”, afirmou.

Programa para evitar demissões

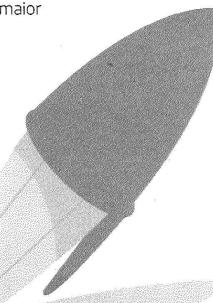
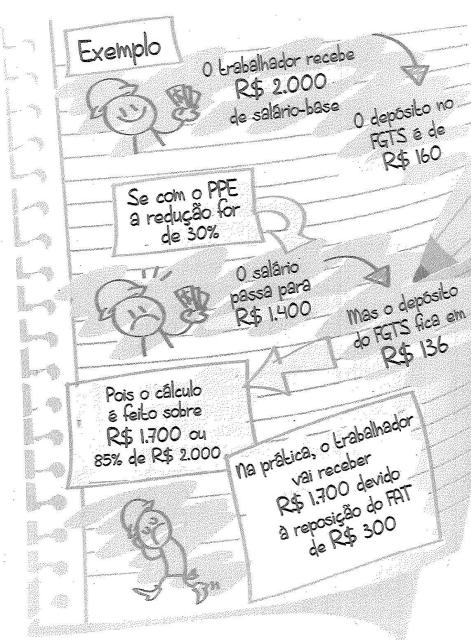


O PPE permite que empresas em dificuldade financeira reduzam os salários dos trabalhadores para evitar demissões

- » A redução pode chegar a 30%
- » O governo vai repor até 50% das perdas, com recursos do FAT, que serão limitados ao valor de R\$ 900,84
- » Empresas de diversos portes poderão aderir, obedecendo critérios que serão definidos pelo Comitê do PPE

Como ficam os benefícios

- » Os sindicatos negociarão os critérios de pagamento de cesta básica, vale-farmácia e vale-alimentação
- » Os valores do vale-transporte não serão alterados
- » O depósito no FGTS, que é igual a 8% do salário, será alterado até o limite mínimo de 85% do salário, mesmo se a redução for maior



Comitê vai criar regras de acesso ao programa
O governo federal criou um comitê interministerial que vai estabelecer alguns critérios de acesso ao programa, às etapas da análise dos pedidos e à forma de pagamento dos complementos de salários. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, empresas de diversos portes poderão participar no programa. Por outro lado, o modelo de PPE criado pelo governo exige que os patrões estejam em dia com as obrigações tributárias e fiscais.

O desconto do INSS é feito de acordo com a seguinte tabela

Faixa salarial (em R\$)	Aliquota de contribuição (em %)
até 1.399,12	8
de 1.399,12 a 2.331,88	9
de 2.331,89 a 4.663,75*	11

*Quem ganha acima de R\$ 4.663,75 paga R\$ 513 de INSS

Fontes: centrais sindicais e MTE (Ministério do Trabalho e Emprego)

DSP

Informe DESIN

12



CUT_ Químicos escolhem nomes para congressos

O Sindicato dos Químicos de São Paulo vai eleger amanhã os trabalhadores que irão representar a categoria nas discussões do 14º Cecut (Congresso Estadual da CUT SP) e do 12º Concut (Congresso Nacional da CUT). O evento começa às 19h, na sede do sindicato (Rua Tamandaré, 348, Liberdade). O Cecut vai acontecer de 25 a 28 de agosto, e o Concut, de 13 a 16 de outubro. Ambos os eventos serão realizados na capital e definirão o plano de lutas das categorias, além de eleger as novas diretórias.



Metalúrgicos_ Sindicato abre exposição de arte

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo abriu na última terça-feira a Exposição de Artes do Meu Guri, que apresenta obras de pinturas e de artesanato feitos por crianças e adolescentes. A mostra tem como tema "Do Figurativo ao Abstrato" (foto) e estará aberta à visitação até amanhã, às 18h. A entrada é gratuita. "A exposição da a outras pessoas a oportunidade de ver o trabalho das crianças e também contribuir para elas interagirem com a sociedade", disse a presidente do Meu Guri, Elza Costa.



Cegonheiros_ Motoristas fazem novo protesto

A Rodovia Anchieta, em São Bernardo do Campo, foi ocupada novamente ontem por centenas de cegonheiros (foto) que protestam contra decisão da Volkswagen de substituir as transportadoras. Segundo o sindicato da categoria, 5 mil motoristas prestam esse serviço à montadora no ABCD. A Volkswagen afirmou fazer análise de mercado para se posicionar sobre a demanda. A Ecovias interditou a faixa da direita da via para minimizar os impactos no tráfego.

Servidores do Judiciário Federal mantêm greve

Categoria exige que presidente Dilma sancione projeto de reajuste salarial em quase 80%



Estela Lopes
estela.lopes@diariosp.com.br

Os servidores da Justiça Federal de São Paulo decidiram, em assembleia geral realizada na tarde de ontem, manter a greve iniciada em 10 de junho. A categoria exige que a presidente Dilma Rousseff sancione o projeto de lei que estabelece reajuste escalonado do salário da categoria em quase 80%, dependendo da categoria.

A proposta foi aprovada pelo Senado, por unanimidade, no último dia 30, mas a presidente Dilma já sinalizou que vai vetá-la. O dia 21 é o prazo máximo para a decisão.

"A nossa greve está muito forte. Queremos deixar claro para a presidente que não aceitaremos mais essa situação de congelamento salarial, queremos a aprovação do nosso projeto", afirmou a diretora do Sintrajud (Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal de São Paulo) Inês Leal, após o término da assembleia, realizada no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Barra Funda, na Zona Oeste.

Os servidores alegam que os salários não são reajustados desde 2006.

Até a data da decisão, os funcionários dos cartórios do estado prometem parar o Centro de São Paulo. Nas próximas segundas terça-feira estão programados atos na Rua Consolação e Avenida Paulista, respectivamente, às 14h. Hoje os servidores de todo o país realizam um ato nacional em Brasília e uma caravana de São Paulo estará presente.

"Precisamos fazer uma mobilização

ainda mais forte que a deflagrada nos dias 29 e 30, quando conseguimos fazer com que o Senado aprovasse o nosso projeto. Agora temos que arrancar a sanção de Dilma", disse Inês.

CATEGORIA CORRE RISCO / Diante do risco de o projeto ser vetado, a pressão da categoria tem crescido, especialmente após recentes declarações do governo federal. Na última segunda-feira, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, foi escalado por Dil-

ma Rousseff para anunciar que a proposta não passará.

A próxima assembleia vai ocorrer na quinta-feira que vem, a partir das 14h, também no fórum. A categoria exige ainda que o Supremo Tribunal Federal se positione em favor dos servidores.

A agenda do Sintrajud inclui também "arrastões", que serão realizados hoje e amanhã, no período da tarde, em prédios da Justiça Federal espalhados pela capital. O objetivo é chamar outros servidores para a paralisação.



Decisão foi tomada em assembleia ocorrida ontem no Fórum Trabalhista, na Barra Funda

Edu Góes / Diário SP

Cubatão_ Grupo para rodovia durante ato contra o fechamento do PAT

Um grupo de cem pessoas realizou ontem um protesto contra o fechamento do PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador) de Cubatão, no litoral. O ato, que ocorreu na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, na Baixada Santista, resultou no incêndio de três ônibus, depreciação de carros e caminhões e detenção de quatro pessoas. Além da reivindicação contra o fechamento do posto, os manifestantes pedem mais empregos.

A prefeitura da cidade informou que os atendimentos foram suspensos após ataque de vândalos na última terça-feira, e, por conta disso, não há previsão de retorno dos serviços. Os funcionários ficaram assustados com a violência e se recusam a voltar ao trabalho. De acordo com informações da Agência Brasil, o Sindipetro (Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista) alegou que os trabalhadores são ex-funcionários terceirizados da Petrobras que foram demitidos. A Petrobras não se pronunciou. O DIÁRIO tentou contato com o sindicato e com a empresa, mas sem sucesso. Para o tenente-coronel da PM, Rogério Silva, os acontecimentos foram vistos



Ato terminou com ônibus incendiados

como "ato de vandalismo", e não como um "protesto". Segundo a Ecovias, concessionária que administra a Rodovia Cônego Domenico Rangoni, a manifestação teve início às 6h47, com o bloqueio do km 268, em ambos os sentidos. O sentido Cubatão foi liberado por volta das 9h54 e o Guarujá, às 12h40. O protesto refletiu no congestionamento do km 268 ao 260.

CATe_ Unidades móveis atendem até amanhã

As unidades móveis do CATe (Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo) vão estar presentes em todas as regiões da cidade, em nova programação, até amanhã. Estão sendo oferecidos serviços direcionados aos funcionários, aos MEIs (Microempreendedores Individuais) e também para quem deseja tirar dúvidas de como iniciar seu próprio negócio. Os interessados devem comparecer aos locais com RG, CPF, número do PIS e Carteira de Trabalho. Caso não possua os últimos dois documentos, o CATe vai emitir-los na hora. Os endereços podem ser consultados em prefeitura.sp.gov.br/trabalho.

Comerciários_ Campanha salarial começa na terça

O Sindicato dos Comerciários de São Paulo realizará na próxima terça-feira assembléa que servirá como pontapé inicial à campanha salarial 2015/2016. O evento começa às 19h, na sede do sindicato (Rua Formosa, 99, Anhangabaú, no Centro). Além de melhorias nos vencimentos, a categoria luta pela garantia de benefícios como cesta básica, PLR (participação dos lucros e resultados), planos de saúde e segurança do trabalhador, além de vale-refeição ou alimentação.